

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 521.675 - RS (2019/0205707-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : WALDEMAR MENCHIK JUNIOR - RS026320  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MARCOS ANTONIO LISBOA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **MARCOS ANTONIO LISBOA**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Processo n. 0134536-74.2019.8.21.7000).

O paciente foi denunciado, em 9 de agosto de 2011, como incurso no art. 121, § 2º, I, III e IV, do CP, 3 vezes, e art. 121, §2º, I, III e IV, na sua forma tentada. O primeiro julgamento proferido pelo júri foi anulado pelo Tribunal impetrado, que determinou a realização de novo julgamento.

A impetrante requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja determinada a intimação de nova testemunha após o retorno dos autos ao Juízo de origem, sustentando, para tanto, a imprescindibilidade de sua oitiva durante o novo julgamento, marcado para o dia 26 de julho de 2019. Esse pedido lhe foi negado pelas instâncias ordinárias sob o argumento de que estaria preclusa a questão, nos termos do art. 422 do CPP.

Liminar deferida às fls. 182-183 (e-STJ), para garantir à defesa o direito de inquirir a testemunha Evoli Moreira Maciel durante o julgamento a ser realizado em 26/7/2019 no tribunal do júri.

Informações apresentadas pelas instâncias de origem (e-STJ, 235-240).

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *mandamus* (e-STJ, fls. 242-244).

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir desta impetração diante da informação apresentada pelo Juízo de origem de que o paciente foi absolvido ao ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri (e-STJ, fls. 235-240).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator

